

Inventário das Coleções Arqueológicas do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo

Luiz Dutra de Sousa Neto¹

Professor do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo da UFRN

e-mail: ldutra@digicom.br

Jagoanhara Seixas Vicente

Historiador e Especialista em Arquivo, Memória e História – UFRN

Daniel Bertrand²

Graduado e Mestrando em História – UFRN

e-mail: dbertrando4@hotmail.com

Resumo

Apresenta um inventário das coleções arqueológicas do Museu Câmara Cascudo (MCC) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, entendido como esforço de composição do material arqueológico coletado em pesquisas desenvolvidas por arqueólogos e professores ligados à instituição desde os anos de 1960 até os dias atuais.

Palavras-chave

Museu Câmara Cascudo, Arqueologia, Inventário

¹ Diretor do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo da UFRN.

² Pesquisador Colaborador do Departamento de Arqueologia do MCC/UFRN. Arqueólogo do ACERVO – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, Porto Seguro/BA. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Arqueológicas da Bahia – NEPAB/UESC.

1 Introdução

O Instituto de Antropologia - hoje Museu Câmara Cascudo - fundado pelo Professor José Nunes Cabral De Carvalho, auxiliado por Luís da Câmara Cascudo, Monsenhor Nivaldo Monte e Veríssimo Pinheiro De Melo, contou com o decisivo apoio do então Reitor Dr. Onofre Lopes Da Silva.

A instalação do Instituto de Antropologia (IA) aconteceu no dia 19 de dezembro de 1961, numa reunião realizada na sede da antiga Reitoria, traçando o programa de trabalho para o ano de 1962. Naquele momento, o Magnífico Reitor, Dr. Onofre Lopes da Silva, declarou que o Professor Luís da Câmara Cascudo seria o primeiro diretor do Instituto. Estava instalado então o primeiro órgão de pesquisa da hoje Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com os seguintes departamentos (de acordo com a sua 1ª Ata):

- *Departamento de Antropologia Física*, Diretor: Prof. José Nunes Cabral de Carvalho; Linha de pesquisa: Estudo dos nossos Sambaquis;

- *Departamento de Etnografia Geral*, Diretor: Prof. Luís da Câmara Cascudo; Seção de Folclore, Chefe: Prof. Veríssimo P. de Melo; Linha de pesquisa: Estudo sobre as áreas de cultura do RN, tendo como trabalho inicial uma pesquisa sobre a ecologia do pescador norte-rio-grandense;

- *Departamento de Genética*, Diretor: Mons. Nivaldo Monte; tendo em vista as atividades junto ao clero, Mons. Nivaldo, à época, afastou-se do IA. Francisco Renato de Sá e Benevides Filho, odontólogo, foram realmente quem estruturaram o departamento de Genética, montando um laboratório e realizando as primeiras pesquisas da área na UFRN. Foi também o primeiro professor da disciplina de Genética oferecida ao Curso de Ciências Biológicas do então Instituto de Ciências Biológicas da UFRN.

Em 1963/64 teve início o primeiro curso de pesquisador em Antropologia, com participação de notórios docentes como José Nunes Cabral de Carvalho (Antropologia Física), Veríssimo Pinheiro de Melo (Antropologia Cultural), Protásio Pinheiro de Melo (Linguística) e Antônio Campos e Silva (Geologia do Quaternário e Paleontologia) e os professores visitantes Egon Schaden (Índios do Brasil), Napoleão Figueiredo (Arqueologia e Etnologia do Brasil) e Estevão Pinto (Índios do Nordeste), além de outros professores. Compunha-se esta equipe também do trabalho voluntário de dez universitários treinados

durante 12 meses, que participavam da coleta de material trazido do campo. Daí foi um importante passo para se criar um local de exposição do precioso acervo resultante das pesquisas realizadas, e acrescido de doações, compra e permuta com outras instituições de pesquisa.

Dez anos após, resolveu-se criar o Museu Câmara Cascudo (MCC), através da Resolução nº. 81/73 - CONSUNI da UFRN, de 04 de outubro de 1973, destinando-se a manter o acervo constante do Instituto de Antropologia.

Com a modificação da estrutura da Universidade, através do Decreto nº 74.211, de 24 de junho de 1974, o Instituto de Antropologia fundiu-se com os Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes; Serviço de Psicologia Aplicada (SEPA), Escola de Música e o Núcleo de Estudos Brasileiros para a formação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, ficando, portanto, determinada a extinção do antigo Instituto de Antropologia. Porém, o Museu Câmara Cascudo passou a ser vinculado ao Departamento de Geociências do Centro de Ciências Exatas e Naturais, tendo organização própria e definida em regimento específico, conforme o item V do Art. 145 do Estatuto da UFRN do ano de 1975, sendo caracterizado como órgão de ensino, pesquisa e extensão.

Com a reformulação do Estatuto da UFRN, em 1977, o Museu Câmara Cascudo dado à sua grande diversificação nas áreas do conhecimento e da pesquisa, abrangendo a Antropologia, Arqueologia, Museologia, Estudos Ambientais, Botânica, Paleontologia e a Genética, ficou como órgão suplementar de acordo com o item V do Art. 8º. do Estatuto/1977, vinculado diretamente à Reitoria, tendo como funções básicas a Pesquisa, o Ensino e a Extensão. A grande maioria do acervo contido e exposto no Setor de Exposição do Departamento de Museologia do Museu Câmara Cascudo reflete exatamente os resultados das pesquisas realizadas pela Instituição³.

O Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo teve e tem um papel importante no desenvolvimento das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no Rio Grande do Norte. Nos últimos quarenta anos, o departamento realizou trabalhos em todas as regiões do estado, analisando vários aspectos da pré-história potiguar. Estas pesquisas buscaram um entendimento de quando e como nosso território foi povoado, quais grupos humanos habitaram o estado e como eles viviam. Buscando entender

³ Adaptado de <<http://www.mcc.ufrn.br>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

aspectos do cotidiano desses grupos, que instrumentos utilizavam, o que comiam e outros questionamentos inerentes.

Atualmente, no departamento, estão depositados os produtos dessas atividades. As documentações que registram as informações dessas pesquisas são relatórios, mapas, fotografias, cadernetas de campo, como também a cultura material coletada durante os trabalhos de campo, relacionadas a vários grupos culturais que povoaram a região. Grupos caçadores e coletores, grupos ceramistas e os grupos que fizeram os registros rupestres. Pesquisas como as desenvolvidas durante o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), prospecções arqueológicas em vários municípios do estado; escavações em sítios importantes para o entendimento da pré-história potiguar, sítios Riacho da Volta, Lagoa de Guaraíras, Cuó, entre outros; projeto de salvamento arqueológico, como os do “Baixo Açu” e das Linhas de transmissão de energia contribuem para a formação do acervo.

Atualmente o departamento conta com quatro salas, duas para abrigar o acervo/ coleções e laboratório e duas servindo como salas de estudo/ pesquisa, tendo sob sua guarda a documentação escrita e bibliografia pertinente à arqueologia. As salas são: *reserva*, na qual estão armazenadas as documentações materiais; *laboratório*, no qual são realizadas as análises da documentação material; *sala dos estagiários*, servindo de local de estudo, de digitalização e de pesquisa bibliográfica; por fim, a *sala do diretor*, que abriga a documentação escrita referente aos projetos de pesquisa envolvidos, além de uma biblioteca particular.

Antes denominado de sala 2 do laboratório, a **Reserva** é o local destinado ao acondicionamento das coleções arqueológicas do Departamento. São dezesseis estantes de ferro, nas quais estão armazenadas as coleções, dentro de caixas-arquivo de plástico. A grande maioria das peças arqueológicas está guardada em sacos plásticos, todas juntas. Poucas, sobretudo as de projetos recentes, estão em sacos individuais. Nenhum saco encontra-se sem ficha, presente, também, nas caixas-arquivo.

O local conta, ainda, com climatização não permanente, ou seja, só é utilizado o ar-condicionado quando existe algum pesquisador trabalhando no ambiente. São 40 m² (5m X 8m) que abrigam, também, ferramentas e equipamentos para o trabalho de campo. Possui uma pia e um balcão de 5m X 0,75m.

Antes denominada sala 1, o **Laboratório** é separado da reserva por uma porta, possuindo as mesmas dimensões. Utilizado para lavagem, secagem, numeração e análise do material arqueológico. O mobiliário é composto por duas mesas grande, duas escrivaninhas, bancos e cadeiras, três estantes de ferro. Possui uma bancada de alvenaria circundando três lados das paredes, exceto a parede voltada para o corredor.

Ao chegar ao MCC, o material arqueológico, oriundo de alguma pesquisa ou doação, é encaminhado a esta sala, passa pelo processo de lavagem, secando sobre os balcões. A partir de então começa a numeração das peças de acordo com os sítios. A análise é feita sobre as mesas, para só então o material ser acondicionado e destinado à reserva.

Possuindo igualmente 40 m², a **Sala dos Estagiários** é dividida em três saletas. Uma com quatro escrivaninhas e uma estante de ferro, utilizada para o estudo e pesquisa dos estagiários e pesquisadores; outra para o micro computador; e a última, com apenas uma escrivaninha para o estudo e pesquisa de visitantes. As salas são climatizadas e cada uma possui uma porta.

A **Sala da Direção**, com, aproximadamente, 40m², é dividida em duas, ao meio. Num ambiente encontramos duas escrivaninhas, micro computador e bebedouro; no outro, destinado à guarda da documentação escrita, material de pesquisa de campo e um acervo bibliográfico particular, conta com cinco armários de aço, duas estantes de ferro, uma mesa e dois armários-arquivo.

Encontramos atualmente, no Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo, muitos registros documentais relativos às pesquisas desenvolvidas na área da arqueologia, sobretudo pré-histórica. São documentações materiais como instrumentos fabricados pelo homem em pedra (lascada, picoteada e polida), argila (cacos e vasos cerâmicos), restos de moluscos, material ósseo humano e de pequenos mamíferos, além de decalques de pictografias. Temos, também, as documentações escritas, tais quais fichas de sítios, cadernos de campo e relatórios. Mapas-croquis e fotografias complementam o acervo. A documentação escrita possui, ainda, tabelas e gráficos resultantes de análises laboratoriais referentes a datações, análise granulométrica e de dados referentes aos vestígios dos projetos de pesquisa. A produção da documentação (material, escrita ou iconográfica) que está sob a guarda do referido departamento é o

resultado de um longo período de pesquisas (1968-2005) sob a coordenação de muitos arqueólogos/professores.

Necessariamente o trabalho arqueológico produz uma documentação diversificada devido às várias disciplinas que nos auxiliam no trabalho de pesquisa. Nem sempre esse trabalho está ligado diretamente a uma escavação. Através de fontes bibliográficas pode-se chegar a suposições passíveis de serem comprovadas, mas constitui-se na fase inicial do processo de pesquisa. Sítios arqueológicos são localizados através desses estudos em fontes primárias, como foi o caso de arqueólogos pernambucanos que chegaram às pinturas rupestres de Carnaúba dos Dantas, no Seridó norte-rio-grandense, através do diário manuscrito de José de Azevedo Dantas, contendo inúmeros registros de inscrições rupestres da região, reproduzidas em sua caderneta.

No MCC temos muitos dados referentes à localização de sítios arqueológicos, o que sistematizou na elaboração do *Projeto de Localização de Sítios Arqueológicos*, iniciado no ano de 2000 e até os dias atuais mantém o seu cadastro constantemente atualizado (somente com os sítios encontrados pelo departamento). Para o registro desses sítios temos que diferenciar os que foram localizados a partir de um projeto arqueológico dos que são provenientes de um salvamento (arqueologia de contrato) ou da localização realizada através da investigação de notícias que nos levam aos sítios, tais como as que remetem à existência de *pedra de corisco*, *fígado de galinha* (que indicam material lítico) e *pedra do letreiro* (que indica sítio rupestre).

Existe hoje no Brasil uma grande preocupação, por parte dos órgãos responsáveis, na fiscalização sobre a situação atual em que se encontram estes sítios arqueológicos. A arqueóloga Edna June Morley, profissional ligada ao IPHAN, fala da preocupação existente sobre a conservação do nosso patrimônio arqueológico quando afirma que, “o Brasil dispõe de um rico patrimônio arqueológico, porém pouco conhecido pela grande maioria da população a qual, ignora não só a importância desses vestígios como também a situação em que se encontram. A consequência mais dramática deste desconhecimento é claramente percebido ao serem constatados os altos índices de destruição de sítios, uma vez que se considera que mais da metade dos vestígios arqueológicos existentes no Brasil do início desse século perderam-se para sempre”⁴.

⁴ MORLEY, Edna J. **Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros**. p. 372

A arqueóloga, ainda, enumera os fatores que levam a essa constante destruição do nosso patrimônio, “o crescimento das cidades, a abertura de estradas, a construção de hidrelétricas e outras obras tão necessárias ao desenvolvimento de um país foram ao mesmo tempo, responsáveis pela devastação de grandes áreas onde, no passado, as populações pré-históricas haviam construído seus pensamentos e aldeias”⁵. Como também a utilização de áreas agricultura e no turismo ecológico ou eco-turismo. Outro fator que leva a destruição dos sítios é a falta de informação da população brasileira em relação aos sítios arqueológicos, levando essa população desinformada a na maioria das vezes ao vandalismo nestas localidades.

O interesse por este assunto é muito antigo, pois se sabe que muitos cronistas, viajantes, naturalistas, historiadores e curiosos que passaram pelo Rio Grande do Norte, com os objetivos mais diversos, escreveram relatos de suas experiências. Alguns destes viajantes registraram a existência de localidades onde os antigos habitantes da região deixaram seus vestígios arqueológicos que são “todos os indícios da presença ou atividade humana em determinado local”⁶. Pode-se dar como exemplo, os vestígios de registro rupestre, pois, este chama mais atenção e é de fácil reconhecimento. Além destes relatos, foram utilizadas publicações mais recentes sobre estudos arqueológicos realizados no Estado do Rio Grande do Norte. Para chegar-se aos locais, saiba-se por onde começar os trabalhos, para a confirmação das informações obtidas na revisão bibliográfica e para a busca de novos vestígios arqueológicos.

Uma das grandes dificuldades encontradas nessa primeira etapa da pesquisa foi a dos topônimos⁷ dados pelos viajantes, já que são diferentes dos atuais denominados nos mapas⁸, pois “as cartas antigas, comparadas a cartas e cadastros recentes, revelam mudanças, desaparecimentos, modificações, aparecimentos, tanto na disposição de lugares, como na existência de construções ou sítios”⁹. Utilizamos o livro de Luís da Câmara Cascudo, *Nomes da Terra*, porque ele faz um estudo da toponímia do Estado, que ajuda a localizar os sítios nos mapas atuais.

³ Idem, p. 373

⁵ Ibid.

⁶ PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. p. 25

⁷ Topônimos: nomes próprios de lugares.

⁸ O mapa utilizado nas pesquisas é o da SUDENE, com escala de 1:100000.

⁹ FRÉDÉRIC, Louis. Op. Cit.,p.59.

Ao olharmos nos mapas na procura das regiões descritas pelos viajantes, encontramos uma grande quantidade de topônimos que poderão indicar regiões ou localidades, como riachos, serras, comunidades, entre outros que têm vestígios arqueológicos. Este fato ocorre, pois, “alguns nomes de lugares falam por si próprios”¹⁰, também têm outros que foram mudados pelo tempo mas outros ainda guardam indícios de nomes diversos, como a de materiais utilizados pelos antigos povoadores e de grupos indígenas desaparecidos. “Estas origens, que os especialistas da onomástica toponímica são hábeis em encontrar, têm por vezes um valor indicativo importante para o arqueólogo”¹¹ no sentido de localizar os sítios arqueológicos.

Os topônimos registrados são:

- a) Pinturas, Letreiro, Pintada, Lavrada, Rajada, Riscada e Ferrada: são termos utilizados pelas comunidades locais para denominar os registros rupestres;
- b) Tapuio ou Tapuia: “os indígenas que não falam a língua geral¹² eram, depreciativamente, chamados TAPUIAS, isto é, bárbaros”;¹³
- c) Aldeia: regiões onde possam existir vestígios de ocupações permanentes ou temporárias de grupos indígenas;
- d) Flecha, Flexa e Flechados: locais com provável presença de pontas de projétil.

Ao trabalharmos a documentação do departamento, encontramos três tipos de acervos, a documentação material, a documentação escrita e a documentação fotográfica/ iconográfica. Todos ligados a algum projeto de pesquisa, seja acadêmico ou de contrato.

A **documentação escrita** necessita de uma proteção especial para uma melhor preservação e conservação. O papel e, sobretudo fotografias impressas, são facilmente degradados se não estiverem armazenados de maneira correta. Dentre os fatores que mais contribuem para a degradação de um acervo desse tipo são: fatores internos, referentes à própria estrutura do papel, dependendo da qualidade da fibra e do tipo de colagem; os fatores externos estão ligados às condições ambientais, como temperatura e

¹⁰ Idem, p.57.

¹¹ Ibid.

¹² Língua boa ou nheengatu, que era falada pelos Tupis.

¹³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**, p.21

umidade, luminosidade, poluição atmosférica, além da presença de insetos, roedores e fungos, e, obviamente, da ação do homem¹⁴.

O acervo documental escrito, também composto por um acervo fotográfico, estava disposto em armários-arquivo de aço, dentro de pastas arquivo, sujeitos a ferrugem das hastes de ferro, sem nenhuma ventilação. No entanto, não eram muito manuseados, evitando, assim, a degradação causada pelo manuseio inadequado; não estavam sujeitos à infestação por traças, fungos insetos ou roedores; não sofriam com as altas temperaturas, pois o ar condicionado, instalado há muitos anos amenizava o calor e umidade. Reunia, desta forma, muitos aspectos positivos para a sua conservação, tanto que não verificamos, salvo poucos, nenhum comprometimento de sua estrutura. Nem verificamos perda alguma de informação na documentação, seja ela escrita, bibliográfica ou fotográfica.

Abaixo podemos observar uma lista de publicações referentes às coleções arqueológicas/ pesquisas desenvolvidas:

1. BROCADO, José Proenza, CALDERÓN, Valentin, CHMYZ, Igor. DIAZ JR, Ondemar F., MIHER, Eurico th., NÁSSER, Nássaro A. de Souza; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F. RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário F. **Arqueologia brasileira em 1968: Um relatório preliminar do PRONAPA.** Museu paraense Emílio Goeldi. Publicações avulsas nº 12, Belém/ Pa- Brasil, 1969.
2. CABRAL, Elisabeth Mafra; NASSER, Nássaro A. Souza. **Informação sobre inscrições rupestres no Rio Grande do Norte.** Coleção mossoense, série B- nº 384. 1983.
3. LAROCHE, Adejalma Soares e Silva. **As pontas de projéteis e os caçadores da megafauna do Nordeste brasileiro.** UFRN/ Departamento de Arqueologia. Abril/ 1981.
4. LAROCHE, Armand François Gaston. **Sugestão para uma classificação morfológica das “pontas foliáceas e lesmas”.** Suplemento de Arqueologia. nº 09. Natal, 1981.
5. _____, Armand François Gaston. **Alguns aspectos da arqueologia nordestina.** Sup. nº 13. Natal, 1983.

¹⁴ MÁRSICO, M. Aparecida de Vries. Noções Básicas de Conservação de Livros e Documentos. In: <http://www.biblioteca.ufla.br/download/normas/Nocoas_Basicas_de_Conservacao_de_Livros_e_Docmentos.pdf>. Acesso em: 13 jun 2008.

6. _____, Armand François Gaston. **Relatório das pesquisas realizadas referentes ao estudo dos grupos humanos pré-históricos pertencentes a tradição potiguar.** Apoio financeiro do CNPq. 2º Fascículo.
7. _____, Armand François Gaston. **Notas preliminares sobre: "O sítio pré-histórico da casa de pedra: município de Martins-RN"**. Coleção mossoroense, série "A" nº XXVIII, 1988.
8. _____, Armand François Gaston. **Ensaio de classificações tipológicas sobre pontas de arremessos e outros objetos líticos da tradição potiguar do Rio Grande do Norte.** (Coleção do Museu Histórico Nacional de Mossoró/ RN) Suplemento nº 15. Natal-1983.
9. _____, Armand François Gaston. **Sugestões para uma classificação morfológica das pontas foliáceas e lesmas.** Natal: Coleção mossoroense, vol. CXCVII, 1984.
10. _____, Armand François Gaston. **Algumas contribuições para o estudo do povoamento do Nordeste do Brasil, a partir de 11.000 anos b.p.** - histórico da tradição Itaparica, etc. (Suplemento nº 4- 2ª edição) Coleção mossoroense, série B número 468, 1987.
11. _____, Armand François Gaston. **Nota prévia: "Sítio Arqueológico de Bonito"-Jucurutu-RN** (Suplemento de Arqueologia, nº X) Natal, 1982.
12. _____, Armand François Gaston. **Arqueologia e pré-história do Nordeste.** Natal: UFRN/ MCC, 1985. _____, Armand François Gaston. **Breves anotações para o curso de cerâmica.** Natal: UFRN/ MCC, 1982 (Suplemento de Arqueologia, nº XII).
13. _____, Armand François Gaston. **Arqueologia do Baixo Açu e notícias sobre culturas líticas do Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN/ MCC, 1981. (Suplemento nº7).
14. MOONEN, Frans. **Os índios potiguara de São Miguel de Baía de traição: passado, presente e futuro.** Cadernos paraibanos de Antropologia e sociologia. Série monografias, nº 1. 1989.
15. NÁSSER, Nássaro A. de Souza. **Considerações preliminares sobre a natureza da bacia do rio Curimataú.** Separata do PRONAPA. Museu paraense Emílio Goeldi. Belém, 1971 (publicação avulsa 26).

16. _____, Nássaro A. de Souza. **Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte**. Separata do PRONAPA. Museu paraense Emílio Goeldi. Belém. 1971 (publicação avulsa 26).
17. _____, Nássaro A. de Souza. **Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte**. In:_____. PRONAPA, Resultados preliminares do 5º ano. 1969-1970. (publicações avulsas 26). Belém/PA. 1974. p. 155-164.
18. **RELATÓRIO: Pedra dos Ossos - São Tomé**, José Nunes Cabral de Carvalho. SOARES, Luci de Lourdes. Notas a lápis sobre a arqueologia norte-rio-grandense. Coleção mossoroense. Ano XV da ESAM, série “B” . nº 381, 1982. (Fundação Guimarães Duque).
19. SOUSA NETO, Luiz Dutra de. **Estudos preliminares de um sítio cerâmico em Senador Georgino Avelino**. (monografia) UFRN/ Natal. 1982.
20. SILVA, Antônio Campos e. **Levantamento do material pré-histórico do Oeste potiguar**. Coleção mossoroense, série B nº 329. 1983.

2 Catalogação e guarda da documentação escrita

As coleções arqueológicas ou **documentação material** são compostas por, exatamente, 42.783 peças, divididas em pesquisas desenvolvidas em quatorze municípios, quatro projetos de salvamento e um projeto referente ao PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas).

Durante o inventário encontramos muitos problemas, ligados ao tratamento das informações coletadas nas pesquisas e sua preservação, como fichas de identificação do material arqueológico faltando a peça correspondente; verificou-se problemas com o livro de tombo, pois faltavam artefatos registrados nele; o material polido, como é oriundo, em sua maioria, de doação, e estava sem numeração, foi registrado em fichas e numerado, seguindo uma ordenação própria; fizemos todas as fichas do material polido, inclusive substituindo as antigas fichas.

Dentre os tipos de material arqueológico mais comuns estão os líticos, seguidos da cerâmica, dos vestígios ósseos e malacológicos, conforme vemos no gráfico apresentado em anexo.

Temos registrado material arqueológico proveniente de treze municípios do estado e um da Paraíba: Angicos, Barcelona, Caiçara do Rio dos Ventos, Carnaubais, Florânia, Georgino Avelino, Itaú, Jucurutu, Lagoa de Velhos, Parnamirim, Santana do Matos, São Tomé, Taipú, além de Areia, na Paraíba. Estas são pesquisas de cunho acadêmico, que visam o aprendizado da disciplina.

Três Projetos de Salvamento Arqueológico ou Arqueologia de Contrato estão nos arquivos: Projeto de Salvamento Arqueológico da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, Linha de Distribuição 69 Kv – Dix-sept Rosado – Riacho da Forquilha, Linha de Distribuição 138 Kv – Açú – Guamaré (circuito I e II). Nas áreas em que serão instalados grandes empreendimentos são feitos estudos preliminares com o objetivo de estabelecer quais serão os impactos causados por essa instalação. Com a publicação da Resolução nº 001 do CONAMA, assinada no dia 23 de fevereiro de 1986 foi efetivada a Avaliação do Impacto Ambiental, onde foram definidas as diretrizes gerais para seu uso e implantação. A partir da publicação desta resolução tornam-se obrigatórios os estudos não só do impacto ao meio ambiente, mas também estudos sobre os impactos que estas obras causarão ao patrimônio arqueológico brasileiro.

Segundo a Portaria IPHAN/MinC nº 230, de 17 de dezembro de 2002, que define o escopo dos estudos arqueológicos a serem desenvolvidos nas diferentes fases do licenciamento ambiental, estabelece os procedimentos a serem realizados durante o licenciamento ambiental. Tal licenciamento é dividido em três etapas: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e licença de Operação (LO).

Durante a obtenção da Licença Prévia é necessária a elaboração e a execução do Diagnóstico Arqueológico, com a indicação das ações a serem executadas nas outras fases. Segundo Bastos et alli (2005: 176-177), nesta etapa as pesquisas arqueológicas devem abranger no mínimo os seguintes pontos:

- um levantamento criterioso de todas as fontes secundárias, incluindo arquivos e banco de dados do IPHAN, universidades regionais, centros de memórias locais, museus regionais, fundações ambientais, fundações culturais entre outras;
- o levantamento criterioso e exaustivo dos dados secundários, com o objetivo de elaborar uma contextualização arqueológica e etnohistórica da região. Deverá ser providenciado nesta fase um levantamento de campo, pelo menos em sua área de influência direta; É fundamental a realização de trabalho de entrevistas com os moradores locais, com o objetivo de colher informações sobre prováveis sítios arqueológicos, para avaliar o grau

de compreensão da comunidade sobre o patrimônio arqueológico, usando a elaboração do programa de educação patrimonial a ser desenvolvido nas etapas posteriores;

O levantamento arqueológico de campo na área de influência direta deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área impactada.

Os sítios novos registrados por ocasião do levantamento deverão ser imediatamente comunicados ao IPHAN para a inserção no Banco de Dados do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. Os sítios deverão ser registrados em ficha própria normatizada e fornecida pelo IPHAN e entregues também em meio digital.

Os sítios deverão estar plotados em cartas ambientais em escala adequada que permita uma avaliação do Patrimônio Arqueológico em relação aos prováveis impactos do empreendimento, levando em conta as particularidades técnicas das obras.

Na próxima etapa do licenciamento ambiental, a Licença de Instalação, deverá ser realizado o programa de Prospecção Arqueológica na área onde será implantado o empreendimento. Nesta etapa do licenciamento, as pesquisas arqueológicas deverão prever os seguintes procedimentos:

Registrar, atualizar e delimitar precisamente os sítios da área a ser afetada;

Quantificar, qualificar os sítios arqueológicos de forma a precisar um panorama visando o programa de resgate arqueológico;

Identificar a diversidade cultural existente na área a ser afetada, de forma a estabelecer metodologias adequadas para tratar cada sítio segundo a sua singularidade;

O grau de conservação dos sítios arqueológicos deve ser objeto de estudos detalhados, com o objetivo de identificar os impactos cumulativos, os impactos futuros e possibilidades e estratégias de conservação e/ou valorização. (BASTOS et alli, 2005:178-179)

Na terceira etapa do licenciamento ambiental, a Licença de Operação, deverão ser realizados os Programas de Resgate Arqueológico. Nesta etapa serão realizados os trabalhos de salvamento do patrimônio arqueológico identificados nas etapas anteriores.

Esta etapa consiste em identificar e registrar os contextos arqueológicos identificados na região estudada, visando entender os processos de ocupação da região e a sua possível inserção com a comunidade local. Esta busca se dará através das intervenções intensivas de campo, escavações sistemáticas, levantamento bibliográfico, análise da cultura material, entre outros:

O resultado esperado nesta etapa da pesquisa será um relatório completo de todas as atividades desenvolvidas no campo, laboratório e escritório, que acrescente ao conhecimento arqueológico local e regional sobre o modo de organização social e cultural das populações pretéritas. (BASTOS et alli, 2005:179).

Dentre os acercos de projetos arquivados no MCC encontra-se um referente ao Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), onde se identificou uma ocupação pré-histórica, ligada a grupos ceramistas Tupiguarani. Até o presente momento foi pesquisada sistematicamente a zona litorânea do Rio Grande do Norte, durante pesquisas do PRONAPA, realizadas por Nássaro Nasser e equipe do Museu Câmara Cascudo, e posteriormente por pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Arqueologia (LARq), órgão ligado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. As pesquisas concentraram-se na bacia do rio Curimataú, onde foram identificados 18 sítios cerâmicos que nos forneceram material associado à cultura tupiguarani. Este material, por possuir características tecnológicas idênticas, foi reunido em uma única fase, que foi denominada de fase Curimataú.

Abaixo segue uma listagem referente aos outros municípios e os sítios arqueológicos encontrados em projetos de pesquisa desenvolvidos por diferentes pesquisadores ligados ao MCC:

1. Angicos: **Riacho da Volta.**
2. Barcelona: **Riacho Fundo.**
3. Bom Jesus: **Grossos I, Grossos II e Tanque de Baixo.**
4. Caiçara do Rio dos Ventos: **Pedra do Balcão e Pedra do Letreiro.**
5. Carnaúba dos Dantas: **sem denominação do sítio.**
6. Carnaubais: **Cascalheira 1; Lagamar 1 ao 7; Concheiro.**
7. Georgino Avelino: **Lagoa Guaráfras.**

8. Lagoa de Velhos: **Pedra do Letreiro.**
9. Lajes Pintadas: **sem denominação do sítio.**
10. Macaíba: **Mangueiros.**
11. Martins: **Casa de Pedra.**
12. Parelhas: **sem denominação do sítio.**
13. Patu: **Jatobá, Traíra e Fazenda Volta.**
14. Pedro Avelino: **Serrote dos Caboclos.**
15. Portalegre: **sem denominação do sítio.**
16. Santana dos Matos: **Pedra Redonda, Pinturas, Serra do Urubu, Cachoeira, Serrote do Gavião, Montevidéu, Montevidéu I, Montevidéu II, São Vicente, Serrote dos Caboclos, Pedra do Suetônio, Pedra do Braz, Basso, Conceição I, Conceição II, Saquinho, Saquinho I, Saquinho II, Pixoré de Baixo I, Pixoré de Baixo II.**
17. São Rafael: **Lágea Formosa.**
18. São Tomé: **Serra do Ronco.**
19. Sitio Novo: **sem denominação do sítio.**
20. Vila Flor: **sem denominação do sítio.**
21. Projeto de Salvamento arqueológico da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves
22. LD 69 kV - Dix Sept Rosado - Riacho da Forquilha: **Alazão, Amargoso 1, 3, 4, Governador 1, 3, Narciso 1, 2 e Pedra Pintada.**
23. LD 138 KV - Açú - Guamaré (Circuito I):
24. LD 138 KV - Açú - Guamaré (Circuito II): **Amargoso I, II e IV; Lagoa da Ponta Grande; Santa Rita; Açude Novo de Barrocas; ANB I; Pataxó; Serrote do Canto Escuro; Prospecção; Pedrinhas II, III e IV; Mulungú.**

As coleções encontravam-se no laboratório do departamento estavam acondicionadas em caixas-arquivo, nas estantes de ferro, muitas das quais bastante enferrujadas. Porém, o acondicionamento em caixas-arquivo foi uma solução encontrada para diminuir o volume das coleções, pois, anteriormente, estavam nas mesmas estantes em sacos soltos. As condições de acesso ao acervo, que eram precárias, melhoraram com a introdução de um novo tipo de acondicionamento, contudo a identificação somente nas

caixas ainda dificultava o acesso a essa documentação. Verificamos que o acúmulo de poeira era muito grande devido a sala permanecer com as janelas permanentemente abertas por causa do calor. Os vestígios, oriundos de pesquisas desenvolvidas pelo departamento estavam com identificação, porém, muitos possuíam lacunas com relação à quantidade de peças, outros tinham suas peças espalhadas pelo laboratório, de forma que um pesquisador teria certa dificuldade em reconduzilas ao local de origem, pois estas só possuem sigla e numeração.

Todas as coleções estão registradas no livro de tombo, no entanto as que foram encontradas e reorganizadas por estarem em peneiras e caixotes, não foram ainda tombadas, embora façam parte de coleções relacionadas a projetos coordenados por professores que outrora passaram pelo departamento. Havia um material lítico que estava, aparentemente, sem nenhuma referência embaixo das bancadas do laboratório, armazenados em peneiras de aço, caixas de papelão e plástico e até mesmo em caixas térmicas de isopor. Tais materiais tinham referências (códigos/ siglas) como BT, PBC, CP, M3E MCC/M, M, PLC ou apenas números. Conseguimos identificar, de acordo com as referências documentais, que BT referia-se ao sítio Bonito, em Jucurutu, escavado por Armand François Laroche e PBC, Pedra do Balcão, em Caiçara do Rio dos Ventos, uma caverna escavada pelo mesmo arqueólogo. Apesar desse pequeno êxito, as outras siglas ainda estão sem identificação.

Havia, ainda, outros materiais líticos que continham numeração incompleta, apagada ou ilegível. Esses líticos foram agrupados em uma única denominação de “Material não identificado”. Os que não tinham nenhuma numeração, mas apresentavam sinais característicos de trabalho humano foram reunidos sob a denominação de “Material Didático”. Separamos os minerais (exemplares) pouco encontrados no Estado e que também estavam sem numeração no rol de “Minerais Representativos”.

Concomitante aos trabalhos de inventário, foram implementadas melhorias na infra-estrutura do prédio e mobiliário. As salas da Reserva e do Laboratório foram repintadas, incluindo suas bancadas de concreto, que receberam tinta a óleo. Todas as estantes receberam tratamento anti-ferrugem e foram repintadas, visando, com isso o menor acúmulo de poeira e a contaminação da documentação (material e,

principalmente, escrita) por ferrugem. Receberam, também, dois aparelhos de ar condicionado.

As mudanças implementadas servirão para que o acesso às coleções arqueológicas seja mais eficiente, mais objetivo e mais prático. A documentação escrita ganhou, com esse trabalho uma atenção, antes dispensada, pois não tínhamos referências suficientes para expô-la. Deste trabalho resultaram três produtos que se complementam: o catálogo da documentação escrita, da documentação material (coleções) e de localização das coleções materiais nas estantes da reserva.

O catálogo da documentação escrita foi organizado com o intuito de dar visibilidade aos registros das pesquisas, capaz de refazer todo o processo de um trabalho arqueológico. Ademais importantes estes registros visam orientar o arqueólogo durante os trabalhos pré, durante e pós campo, compondo como partes integrantes o diagnóstico e a prospecção.

A documentação material ficou organizada de acordo com o município trabalhado e seus respectivos sítios, as coleções dos programas de salvamento arqueológicos e as coleções oriundas de pesquisas do PRONAPA. Objetivamos, com isso, dar destaque às várias regiões pesquisadas pelo departamento, além de demonstrar a importância dos trabalhos de salvamento arqueológico ou arqueologia de contrato para o conhecimento da pré-história potiguar.

Por fim, montamos um catálogo com a localização das coleções arqueológicas na sala da reserva. Está baseado no posicionamento das caixa-arquivo nas estantes. Em cada estante temos os municípios e seus respectivos sítios arqueológicos, subdivididos em prateleiras. São, ao todo, dezesseis estantes com cinco prateleiras cada, nas quais estão organizadas as caixas contendo o material arqueológico.

A organização desses catálogos torna-se, dessa maneira, uma tarefa que suscitará muitos outros trabalhos, dentre os quais o de análise de coleções. Permitirá, ainda, o acesso à documentação escrita, sua melhor preservação e conservação, além da disponibilidade mais rápida aos estudantes ou pesquisadores.

Referências

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de; GALLO, Haroldo. **Normas e gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: 9ªSR/IPHAN, 2005.

CALDARELLI, Solange Bezerra; SANTOS, Maria do Carmo Mattos dos. **Arqueologia de Contrato no Brasil**. Revista da USP, São Paulo, 52-73, 1999-2000.

MÁRSICO, M. Aparecida de Vries. **Noções Básicas de Conservação de Livros e Documentos**. Retirado de: <http://www.biblioteca.ufla.br/download/normas/Nocoas_Basicas_de_Conservacao_de_Livros_e_Documentos.pdf>.

Acesso em: 13 jun 2008.

MORLEY, Edna June. **Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros**. IN: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). **Pré-história da terras brasilis**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1999.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Ed da Universidade de Brasília, 1992.

ROBRAHN-GONZALEZ, Érika M.; MORALES, Walter Fagundes; NASCIMENTO, Luiz Augusto Viva do. **Programa de prospecção e resgate do patrimônio arqueológico da Linha de Distribuição 138Kv Assu/Guamaré**. (COSERN 2004).

ANEXO 1 - FICHA DE DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

MUSEU CÂMARA CASCU DO

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

INVENTARIO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS

PROJETO:**SÍTIOS:****COLEÇÃO:**

Documentação	Quantidade
Caderno de Campo	
Ficha de Sítio	
Ficha de Sondagem	
Relatórios de Pesquisa	
Croquis	
Mapas	
Registro Fotográfico	

ANEXO 2 - FICHA DE DOCUMENTAÇÃO MATERIAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

MUSEU CÂMARA CASCU DO

DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA

INVENTARIO DE COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS

SÍTIO:**SIGLA:****CAIXA:****LOCALIZAÇÃO:**

Saco	Nº da peça	Tipo	Quantidade	Procedência	Observações

Legenda: Fl – fragmento de lasca, M – malacológico, MI – microlasca, R – rocha, O- ósseo, C – cerâmica, S – seixo, GQ – grânulos de quartzo, D – desconhecido, Cm – cimento (material construtivo), P – material polido.

ANEXO 3 – REGISTROS FOTOGRÁFICOS (Fonte: MCC)

Fig. 01



Sala da Direção do Departamento de Arqueologia do MCC

Fig. 02



Catálogo e guarda da documentação escrita:
preenchimento das fichas de documentação

Fig. 03



Catálogo e guarda da documentação escrita:
aspecto atual das condições de guarda da documentação
Fig. 04



Catálogo e guarda da documentação escrita:
documentação referente aos sítios arqueológicos pesquisados

Fig. 05



Catálogo e guarda da documentação escrita:

documentação referente aos sítios arqueológicos pesquisados

Fig. 06



Condições de guarda anteriores ao inventário:
aspectos do acondicionamento da documentação material

Fig. 07



Condições de guarda anteriores ao inventário:
situação do material lítico polido e dos vestígios ósseos

Fig. 08



Condições de guarda anteriores ao inventário:
acondicionamento dos sacos nas estantes

Fig. 09



Atividades de laboratório:
aspecto da guarda de alguns materiais arqueológicos na sala do laboratório

Fig. 10



Atividades de laboratório:
lavagem de material lítico polido

Fig. 11



Atividades de laboratório:
numeração do material lítico

Fig. 12



Atividades de laboratório:
acondicionamento do material em sacos plásticos

Fig. 13

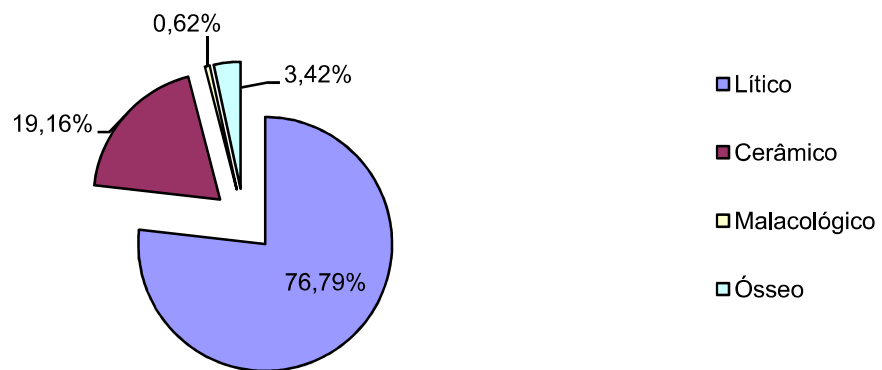


Atividades de laboratório:
trabalho de verificação do livro de tomo

Fig. 14



Atividades de laboratório:
 registro da documentação material no livro de tombo



Tipos de material arqueológico